

CONTINUIDADES INDÍGENAS¹

ALBAN BENSA²

CLÉMENTINE MARÉCHAL (TRADUTORA)
IEB, BRASIL

RESUMO: *O presente artigo é a tradução ao português do Prefácio que o autor escreveu em 2022 para apresentar, ao público francófono, o livro do antropólogo brasileiro João Pacheco de Oliveira, intitulado *La naissance d' une nation. La formation de altérités au Brésil*, publicado em Paris pelas Éditions de l' IHEAL. No texto, Alban Bensa apresenta uma leitura rigorosa e profunda da mencionada obra, destacando o trabalho de antropologia crítica e engajada que permite a reconstrução do importante papel - e protagonismo - dos povos indígenas na história do Brasil. Nesta caracterização, Bensa aproveita a oportunidade para expor algumas das suas mais importantes concepções sobre a antropologia, a história, a política e o poder.*

PALAVRAS-CHAVE: *Tradução, antropologia, povos indígenas, história, Brasil.*

ABSTRACT: *This article is the translation to Portuguese of the Preface that the author wrote in 2022 to present, to the French-speaking public, the book by Brazilian anthropologist João Pacheco de Oliveira, entitled *La naissance d' une nation. La formation de altérités au Brésil*, published in Paris by Éditions de l' IHEAL. In the text, Alban Bensa presents a rigorous and in-depth reading of the aforementioned work, highlighting the work of critical and engaged anthropology that allows the reconstruction of the important role - and protagonism - of indigenous peoples in the history of Brazil. In this characterization, Bensa takes the opportunity to expose some of his most important conceptions about anthropology, history, politics and power.*

KEYWORDS: *Translation, anthropology, indigenous peoples, history, Brazil.*

¹ Publicação original: BENSA, Alban. Continuités autochtones. In: PACHECO DE OLIVEIRA, João. *La naissance d' une nation. La formation des altérités au Brésil*. Paris, Éditions de l' IHEAL, 2022.

²Alban Bensa (1948-2021) foi um antropólogo francês especializado em Nova Caledônia e especialmente no Povo Kanak, com quem trabalhou colaborativamente por quase 50 anos. Foi Professor da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) e Diretor do Institut de Recherche Interdisciplinaire sur les Enjeux Sociaux (IRIS). Publicou dezenas de artigos, quatro coletâneas e sete livros entre os quais destacam: *Chroniques Kanak: l'ethnologie en marche* (1995), *El fin del exotismo: ensayos de antropología crítica* (2006) e *Después de Lévi-Strauss: por una antropología de escala humana* (2010).

Esta obra³ aborda a formação da nação brasileira. Mas as questões que levanta vão além deste país para interpelar a antropologia e a sociologia contemporâneas no seu conjunto. É por isso que aceitei a demanda, da qual João Pacheco me honrou, de redigir este prefácio. Minhas preocupações metodológicas e teóricas, aliadas a uma longa experiência da Oceania colonial francesa na Nova Caledônia, sem dúvida limitaram meu despaisamento à leitura desta soma⁴. No entanto, as perspectivas metodológicas, comparatistas e generalistas que abre não pararam do início ao fim de estimular minha reflexão. Queria, então, compartilhar o efeito fortalecedor desta leitura.

João Pacheco de Oliveira relativiza as crenças sábias e políticas que dizem respeito às populações autóctones, neste caso, no Brasil. Este livro rompe, então, com os subterfúgios que têm como ponto comum fazer desaparecer os indígenas, empurrando-os na alteridade ou na selvageria absoluta. Ao contrário, ele restabelece a importância dos indígenas no nascimento do Brasil enquanto nação e demonstra que a interdependência pragmática e ambivalente entre colonizadores espoliadores, e colonizados sobreviventes, prevaleceu na medida em que avançava à frente da colônia. Através destas relações de dominação de uns para explorar e a resistência dos outros para sobreviver, se foram pouco a pouco esculpindo, mais embaixo da escala social, vínculos de trabalho, vizinhança e família. Desta imbricação, constantemente atravessada pela ideologia colonial desigual, nasceu um espaço social intermediário, ocupado por uma população, ao mesmo tempo misturada, no que se tornou a trama de uma mesma nação, diversificada, no que ela possa se dar a ver como a combinação de numerosas identidades.

João Pacheco de Oliveira tece novamente, desta maneira, os vínculos esquecidos da nação brasileira a seus indígenas, propondo “uma outra leitura dos primeiros episódios da história do Brasil, que se apoiaria nas perspectivas e estratégias das populações autóctones, primeiras coletividades submetidas na história da construção colonial”.

Este livro, a partir de situações precisas integradas a uma reflexão mais geral, introduz novamente os indígenas na história cidadã, ao mesmo tempo em que destaca o quanto os portugueses e a ideologia “civilizadora” fizeram tudo para empurrá-los fora da história do Brasil, inclusive a da escravidão. Porque, segundo a América portuguesa, que se tornou o Brasil independente no dia 7 de setembro 1822, o indígena podia ser apenas “selvagem” ou vassalo, sem que nenhuma mestiçagem entre portugueses e indígenas fosse reconhecido, enquanto o entre portugueses e negros tinha o direito de ser citado, sem dúvida porque esta mistura participava à história querida pelos colonizadores.

O que se tornará finalmente o Brasil era, porém, uma terra inteiramente ocupada pelos ameríndios e que os portugueses tentaram eliminar para tomar seu lugar. A questão colonial é então constitutiva da nação, no que sua gênese e sua história supõem, explica João Pacheco de Oliveira, “a destruição

³ João Pacheco de Oliveira. *La naissance d' une nation. La formation des altérités au Brésil*. Paris, Éditions de l' IHEAL, 2022.

⁴ BENSÁ, Alban. *La fin de l' exotisme, essais d' anthropologie critique*, Anacharsis, Toulouse, 2006 [rééd. Poche, 2012]; *Après Lévi-Strauss, pour une anthropologie à taille humaine*, Paris, Textuel, 2010.

cotidiana e sistemática das heterogeneidades e das autonomias” (p.28). A nação estatal não saberia, de fato, se incomodar de conjuntos sociais já constituídos, mais ou menos autônomos, e, eventualmente, ligados entre eles no seio de instituições flexíveis que não fazem da fronteira um princípio político, mas que privilegiam as relações flutuantes com saídas incertas como as da troca e do conflito. Integrando o indígena na história nacional, João Pacheco de Oliveira interroga a questão dos limites da etnicização. Ele mostra o emaranhado de situações onde o indígena atua como dominado cultural e simultaneamente como dominado cidadão brasileiro, indígena em resistência e trabalhador recalcitrante.

A ideia de mundo fechado, poupados pela história e as mudanças, refúgio de uma primitividade “não tocada”, virgem, nega, então, as interpelações concretas entre indígenas e colonizadores desde os primeiros contatos; mesmo que seja óbvio que este peso de restrições cruzadas, “alimentadas de antagonismos e de reciprocidades, não excluía assimetrias nem manipulações ou desacordos” (p.7). Mas estes jogos de máscaras, no fundo das afirmações de si, funcionam simultaneamente e declinam uma complexidade extrema, porque sempre se trata de definir-se em relação ao outro em um mundo onde a irrupção europeia, em 1532, relativizou definitivamente a identidade de todos os atores.

Por sua parte, destaca João Pacheco de Oliveira, “os indígenas se veem rechaçados o status de atores efetivos, de testemunhos válidos ou confiável... rechaça-lhes a condição dos que tomam parte no processo – e que também são investidos de direitos e deveres” (p.45). A desvalorização da ação e do pensamento indígena desenvolve uma argumentação justificativa que coloca os colonizadores a um sentido escondido. O que dizem e fazem não mereceria ser considerado, porque sua atitude devolve globalmente a concepções não racionais do mundo do qual, no entanto, o cristianismo está igualmente permeado.

João Pacheco de Oliveira, restituindo o discurso e os saberes sobre os indígenas na história das suas relações com os portugueses, mostra que, de fato, uma tela espessa foi rapidamente levantada na ideologia nacional brasileira entre o novo Estado em formação e as populações que espoliou e submeteu para se instalar e prosperar nas suas terras conquistadas, sempre através de uma violência extrema. Seria então irrealista desenhar o perímetro sanitário de uma autenticidade que seria independente desta história. Mas, em troca, seria igualmente inexato pensar na história do Brasil como a de uma assimilação bem-sucedida de “selvagens” por um “projeto civilizador”, tanto é verdade, destaca o autor, que “a construção do indígena enquanto primitivo não antecede a colonização, ela é o resultado” (p.7), o efeito de uma história em realidade principalmente fundiária, que se estende pouco a pouco em todos os territórios para torná-lo um país só.

De acordo com a ideia de uma fronteira tão móvel quanto a política desenvolvida por Fredrik Barth, João Pacheco de Oliveira defende “uma perspectiva processual da fronteira”, que subjaz a distinção de toda ideológica entre um lado do front: “o indígena colonial”, eis, cristianizado à força e coagido ao trabalho por seus mestres brancos, e, do outro lado: “o indígena selvagem”, repelido além da expansão pioneira e objeto de uma depreciação racista ou de uma idealização romântica. O paradoxo destas

imagens, em aparência opostas, deve-se ao fato delas serem produzidas no mesmo momento em que o indígena se torna um “recurso fundamental”, diz o autor, para o desenvolvimento das produções coloniais.

As políticas econômicas do capitalismo mercantil (borracha, madeira, soja) empurraram as fronteiras do Brasil do leste ao oeste, sempre mais acima das terras indígenas. Todos os indígenas foram e ainda são afetados por esse avanço mortífero, que faz eco à conquista do leste estadunidense, colocada em prática do “*squatter ideal*” que promove a instalação em uma terra sem título de propriedade (FREDERICK J. TURNER, 1921, p. 223).

Porque, obviamente, lembra João Pacheco de Oliveira, “o direito exclusivo é anterior das populações autóctones nos territórios anteriormente ocupados não eram reconhecidos” (p.91). Questão jurídica subsidiária, mas crucial, levantada por toda colonização de povoamento: os direitos fundiários dos vencidos se apagam para sempre desde que seus beneficiários originais foram eliminados? É o que os portugueses imaginaram ao longo da sua conquista. Assim, entre múltiplos casos detalhados ao longo do seu livro, o autor menciona, por exemplo, que:

verdadeiras guerras de exterminação foram levadas contra os Tupinambá do Maranhão, os indígenas do Rio Negro, os Mura e os Munduruku. Algumas fontes coloniais estimam que um capitão geral do Pará exterminou ou aprisionou mais de 500.000 indígenas no espaço de cinco anos, de 1621 até 1621 (p.95).

No momento do contato, os primeiros donos do chão, muito mais numerosos e organizados do que se admite, ainda hoje, foram suprimidos conscientemente no decorrer de enfrentamentos brutais ou insidiosos, apresentados como medidas de “pacificação”, que tiveram como objetivo controlar toda oposição, apoderar-se dos territórios e fazer dos sobreviventes uma mão de obra obediente aos mais fortes militarmente, os portugueses. Para estes últimos, tratava-se de colonizar, constituindo novos conjuntos sociais e políticos totalmente à sua mão. Este trabalho de aniquilação e de colocar sob tutela foi mascarado, até negado, por saberes governamentais, onde o censo joga um papel central. É indispensável, como mostra precisamente João Pacheco de Oliveira, contextualizar e criticar “o uso dos materiais quantitativos (em particular os provenientes de estatísticas demográficas e agrárias), muitas vezes ligadas a outras temporalidades das do presente etnográfico” (p.147). A objetividade, aparentemente implacável do número, permite, em situação colonial, enganar a avaliação da demografia indígena.

A memória oral, a geografia histórica e a arqueologia atestam, porém, para as Américas e também para a Oceania, um povoamento que antes da conquista era muito mais importante do que foi registrado pela administração e a ciência colonial. Por razões políticas e econômicas, estes poderes tiveram interesse em minimizar o número de indígenas e os usos que faziam da terra, até decretar, como na Austrália, todo um continente insular *terra nullius* (terra sem mestre). Mas este empreendimento negacionista nunca conseguiu ser perfeitamente alcançado porque as populações indígenas demonstraram

uma capacidade considerável em aguentar os golpes, ao mesmo tempo em que se renovavam. No Brasil, infiltraram-se no terreno do mundo português colonizador através de misturas matrimoniais, vínculos de vizinhanças ou de trabalho.

Poderíamos nos perguntar se estas interações abrangem também as populações das florestas do Oeste brasileiro, as “tribos isoladas”. Mas seria então supor que os movimentos dos colonos, dos garimpeiros, dos dispositivos jurídicos fundiários, as reduções e os massacres ficassem sem efeito sobre essas populações, as relações entre elas e seus movimentos. No entanto, é patente que numerosas coletividades indígenas da Amazônia não pararam de mudar de implantação e mesmo de organização política sob efeitos diretos e indiretos das iniciativas dos colonos. E, em relação a isso, as situações dos indígenas são muito variáveis de um Estado ou de uma região a outra. Os indígenas trabalharam discretamente também para se desprender de um poder missionário na esperança de continuar a dar um sentido específico à sua existência coletiva e pessoal.

Em vez de se encerrar em uma argumentação global que faz de todos os indígenas vítimas passivas, é mais adequado, como o desenvolve amplamente João Pacheco de Oliveira, orientar-se sobre os contextos concretos, para captar, caso a caso, as reações e decisões dos indígenas tomados na adversidade colonial e em condições econômicas variáveis (minas, explorações florestais, criação etc.). Assim, argumenta com múltiplas provas em apoio, “a ausência de um reconhecimento oficial e explícita não implicar, de nenhuma maneira, que estas pessoas deixassem de estabelecer redes de trocas e solidariedade, ou entreter formas de organização específicas, reunindo famílias e grupos no seio de um conjunto social mais amplo” (p.19).

As adaptações às novas condições de vida impostas não excluem a manutenção das organizações sociais, dos ciclos rituais e dos saberes naturalistas, dispositivos que se mantêm operatórios ao mesmo tempo em que se modificam antes e depois da chegada dos portugueses. Mas não seria a questão para João Pacheco de Oliveira fazer destas perpetuações e estabilidades as expressões de uma autenticidade que teria escapado à grande transformação; a linha central deste livro é a de uma presença ativa e contínua dos indígenas na história do continente, antes e depois da invasão europeia.

É também através da análise da emergência de novas etnias, durante as três últimas décadas, que João Pacheco de Oliveira esclarece com acuidade esta realidade que derrota a ideia de um espaço social e político indígena que escapa ao domínio dos Estados constituídos no processo da colonização. Não se trata então de deixar de lado as relações sociais efetivas (familiares, econômicas, territoriais) entre as populações colonizadoras e as coletividades colonizadas. A atenção a estes ajustes práticos faz aparecer o lugar dos indígenas na nação brasileira. Assim, as reações territoriais, intelectuais, rituais, artísticas dos indígenas na história brasileira são sintomas de tentativas de adaptação, ou de “sobrevivência - adaptações” dizia Roger Bastide às situações, muito mais que a perpetuação de comportamentos ancestrais que teriam, intactos ou feridos, atravessados a história nacional.

João Pacheco de Oliveira examina em detalhes a situação dos indígenas do Nordeste brasileiro que se encontraram misturados com outros não indígenas ao ponto de serem chamados de *misturados*. Os antropólogos históricos, como Alfred Louis Kroeber (1876-1960) ou Alfred Métraux (1902-1963), os negligenciaram porque, aos seus olhos, não constituíam culturas puras, homogêneas, mas, sim, coletividades rapidamente chamadas de “aculturadas”. Porém, hoje em dia, mais de cinquenta comunidades locais se declaram indígenas mesmo podendo ser consideradas, por um olhar exterior, como sendo de “distinção cultural fraca” (p.62).

Pode-se limitar a compreensão das formas de vida coletivas aos sinais distintivos mais marcantes, ao mesmo tempo em que deixamos de lado as práticas através das quais as pessoas dessas sociedades se vinculam a outros grupos, seja de forma espontânea ou sendo obrigados? Pode-se etnicizar assim os grupos ou as regiões até o ponto de esconder a história das relações que estas entidades entretiveram e entretêm ainda com a sociedade dominante? A etnia é um produto histórico em si, mas na reação às histórias vastas que a engloba e que por uma parte a determina. Assim, seus membros possuem experiências diversificadas, indo do ritual doméstico, após o nascimento de uma criança, até ao casamento entre vizinhos de origens diversas, enquanto trabalham ao longo da exploração florestal. Estes deslizamentos de um quadro a outro, estas metades simbólicas, sociais e espaciais coexistem. Podemos, nostálgicos, tratá-las com o modo da perda e se ater a reencontrar o que desapareceu ou, mais realista, como João Pacheco de Oliveira, tomar tudo em consideração e se mostrar atento ao que pode acontecer de novo neste húmus social. É com esta condição, e somente com esta condição, que, no caso do Brasil, pode ser objetivamente qualificado o papel dos indígenas na construção da identidade nacional. Por conseguinte, o autóctone não é mais simplesmente uma cor local, cara ao turismo, mas participante da história do país.

No Brasil, o esmagamento dos indígenas, seu retraimento para jogar melhor e se jogar das novas fronteiras da conquista econômica para sobreviver e sua chegada no coração das cidades e da cultura nacional contemporânea, não possibilita estabelecer rupturas claras entre o que foram cinco séculos atrás e o que são hoje em dia. Certamente, modificações nos aspectos da sua presença são evidentes, mas se trata mais de reformulações permanentes que de um “*never more*” absoluto. Assim, sua revitalização cultural contemporânea não deve ser considerada como ilusória, mas, ao contrário, deve mobilizar toda nossa atenção de etnógrafos. Os indígenas constituem, de fato, um polo diferencial e existencial fundamental no que todos os brasileiros de hoje podem dizer e pensar deles mesmos. A fatura colonial da história cola à pele do Brasil e, mais amplamente, a de todos os países das Américas do Sul e do Norte.

João Pacheco de Oliveira explora as modalidades segundo as quais os indígenas pensam eles mesmos seu lugar no Brasil contemporâneo, ignorando discursos político-cientistas que tentam objetivá-los, muitas vezes, até a caricatura. A adesão das autoridades dominantes a um painel simples de crenças relativas aos indígenas funcionou, de fato, em todas as colônias do mundo. Assim, mostra João Pacheco de Oliveira, um texto publicado em 1823, as “Notas de José de Andrada”, dedica uma concepção do indígena no

Brasil que entra no imaginário do período imperial e faz rapidamente referência durante décadas. João Pacheco de Oliveira o analisa em eco ao surgimento do indigenismo e do nativismo, correntes de pensamentos amarradas a promover um retrato ideal do indígena na nação, esboço muito afastado da realidade. O surpreendente é que, até hoje, apesar de estudos dos antropólogos, estes estereótipos se embotam, mas continuam a assolar, particularmente nos momentos de crises políticas.

Logicamente, este livro acorda um lugar heurístico à análise das imagens do indígena segundo as épocas, os programas políticos e econômicos e os movimentos picturais ou literários que os acompanham. O lugar do indígena na pintura e as cartas brasileiras revela o sentimento social geral da nação em construção em relação aos indígenas. Onipresentes nas imagens mais expulsadas das realidades, convocadas a todos os banquetes ideológicos relacionados com eles (evolucionistas, segregacionistas, humanitaristas, ecológicos etc.), mas sem nunca estar ali para debater eles mesmos, os indígenas assombram o país como fantasmas inexpugnáveis. E a volta do reprimido se opera em pinturas, em murais, em decorações, em publicidades de viajantes em filmes. João Pacheco de Oliveira mostra quanto estas figurações do indígena genérico inventado são preponderantes, determinantes mesmo no lançamento das políticas públicas destinadas a ele. Os preconceitos se cristalizam de fato nas imagens duradouras e recorrentes “que orientam nossos questionamentos e nossas ações” e se mantêm de forma duradoura, muito pesadas para os que elas representam. Mas reviravoltas são sempre possíveis se considerarmos que os representados produzem eles também, imagens, objetos, obras de arte com sua própria experiência coletiva e pessoal. Os museus desempenham um papel importante na carreira científica e militante do professor Pacheco de Oliveira.

As colônias sempre necessitaram de uma imagem do indígena, do africano, do habitante da Oceania etc., possibilitando justificar sua política violenta e/ou condescendente em relação às populações locais arrazoadas. O exotismo joga, nesta elaboração ideológica, um papel central, uma vez que inventa uma alteridade robô, de alguma forma, predestinada a ser dominada. Vários etnólogos, muitas vezes, ajudaram a confecção deste costume *ad hoc*. À empresa colonial francesa, Maurice Leenhardt, em Nova Caledônia com *Do Kamo*, Marcel Griaule no Mali com *Dieu d'eau*, aportaram desta maneira, por exemplo, argumentos de alteridade possibilitando eludir ações e iniciativas indígenas. A ideia subjacente a estes distanciamentos é sempre profundamente evolucionista. Todas visam encerrar o indígena em um afastamento vertiginoso dos brancos que, por sua vez, estariam nas cimeiras da civilização.

Os autóctones sofrem destas contra-verdades, mas finalmente não dão muita importância para elas porque são habitados por sua própria história, a que viveram e memorizaram até hoje, ou mesmo que reativaram através de visitas aos sítios que tiveram que abandonar. João Pacheco de Oliveira conhece estas narrativas indígenas e os antigos caminhos que levam de volta aos pontos de dispersão inicial, sob os golpes das novas fronteiras econômicas impostas para os empresários gananciosos, portugueses e, logo, brasileiros. Como antropólogo de campo em um país indígena, ele procura,

aqui, qualificar os modos de historicidade destas narrativas, sua originalidade no olhar do estilo da história nacional branca.

A nação, constituída ou em via de formação, se baseia na história linear e continuada do Estado, de onde, como bem mostrou Norbert Elias (1977), emergiu. As conquistas longínquas não são assim pensadas apenas como as extensões necessárias ao crescimento de um poder central, da nação ou do império. A história dos dominantes é sempre a da sua dominação. Mas as formações sociais não estatais, não centralizadas, não têm este problema. Disparam, quando se contam, emaranhados de narrativas, verdadeiros jogos narrativos de poder que não são agarrados por uma mão apenas, mas por muitas, em diversos lugares da configuração política. Este esquema, composto de camadas e pontos, leva ao consenso apenas de uma forma parcial. Mas a “verdade histórica” acertada não evita outras verdades, sem que decida aqui o veto do não respeito ao princípio de contradição, mecanismo lógico consagrado pelos poderes fortes. Em situação colonial uma tensão se instaura: de um lado, a centralização dos discursos pelo Estado e seus historiadores, do outro, as diásporas das memórias indígenas multipolares e abundantes que o etnógrafo coleta.

Mais do que “esgueirar-se em uma zona de invisibilidade e se derreter em uma espécie de anonimato” (p.20), os povos autóctones criam então “múltiplas estratégias de resistência”, que João Pacheco de Oliveira detalha ao decorrer da sua obra tanto no nível global quanto local. É na ordem espacial que se situa, desde já, o trabalho memorial. As pegadas da ancoragem se encontram nos sítios nomeados, pontos nodais do passado, quando os indígenas eram muito mais numerosos e menos coagidos. Hoje, estes lugares se tornaram imensos cemitérios deixados pelas forças do Estado, querendo deixar o lugar aos missionários, colonos e multinacionais.

Mas a recusa indígena de ser apagada deixa ônfalos nas paisagens, lugares marcados, até sagrados, que fazem sentido e lembram o que foi ou o que ainda é, às vezes diferente de antigamente. A narrativa autóctone conjura o esquecimento através de pequenas ilhas memoriais que transforma elementos da paisagem em sinais. Uma árvore, uma estirpe, uma rocha bastam para despertar no indígena Tikuna⁵, do Alto Solimões na Amazônia, uma lembrança aberta quando leva o antropólogo que tem sua confiança onde isso aconteceu: a partida do ancestral, a disputa entre o primogênito e seu mais novo, o antigo conflito armado, tantos vestígios de uma memória explodida da qual bastaria ligar os epígonos maiores para fazer emergir todo um continente. Estas regiões subjacentes que os colonizadores fizeram de tudo para erradicá-las, enterrá-las com os corpos e as memórias dos que os precederam na terra. Mas estas memórias podem despertar. Porque os indígenas entretêm uma arqueologia dos saberes dos quais cada estrato pode esconder outro. A colonização conduz políticas do esquecimento e/ou de substituição de uma memória por outra (particularmente na toponímia). Mas os indígenas se recuperam na sua memória e isso, tanto mais que, “a perspectiva histórica dos dominados engloba modalidades muito variadas de conhecimentos, como os usos da geografia, rituais, biografias de caciques,

⁵ João Pacheco de Oliveira, *Storia, Politica e Religione Tra I Ticuna - Un popolo indigeno nell' Amazzonia brasiliana*, Rome, Bulzoni, 2005.

até interpretações propriamente indígenas dos documentos legais que deram nascimento aos resguardos” (p.31).

Uma das temáticas centrais da memória dos lugares é a de uma relação amarrada a uma origem. A viagem da volta, fantasiada ou real, constitui um dos motores do vínculo coletivo; e João Pacheco de Oliveira adiciona: “a etnicidade supõe necessariamente uma trajetória (histórica e determinada por vários fatores) assim como uma origem (que é uma experiência primária, individual, mas que se traduz também através de saberes e narrativas nas quais se incorpora”. As continuidades indígenas supõem um vínculo afetivo levado por uma história comum que entende voltar até as origens do grupo: um território ancestral, objetos, gestos e costumes que distinguem todos seus membros dos membros de outros grupos. As violências coloniais sempre tiveram como objetivo cortar este vínculo com as origens. Mas constata-se que está mantido e hoje se afirma com força em reivindicações de autonomia, até de independência. A história indígena redefine nisso um espaço para si que se inscreve no que João Pacheco de Oliveira designa como “processo de territorialização”(cap.3).

A questão de fundo colocada por esta meditação argumentada de João Pacheco de Oliveira é a das relações entre a territorialização e a afirmação de uma cultura indígena distinta das dos outros brasileiros “este processo funciona como um mecanismo anti-assimilacionista e cria condições propícias para a afirmação de uma cultura distinta fazendo da população tutelada um objeto claramente identificada por sua cultura e por seu território” (p.71).

João Pacheco de Oliveira se encontra na encruzilhada dos “instrumentalistas” que, como Fredrik Barth, levam a etnicidade a operações políticas em contextos específicos, e dos “primordialistas”, para quem a coerência étnica se apoia em “lealdades primárias” (Clifford Geertz). Sem rechaçar estas duas abordagens teóricas, João Pacheco de Oliveira lembra que “o próprio das identidades étnicas é que sua reatualização não apaga o sentimento de referência à origem, mas que, ao contrário, o reforça” (p. 3-76).

Estes mecanismos de construção do pertencimento étnico são tributários da delimitação prévia dos territórios. A colonização é, em primeiro lugar, cartografia de reconhecimento, neste caso, portuguesa: “O mapa de Pedro Teixeira Albernaz (1595-1662), cartógrafo português ao serviço do rei de Espanha Felipe IV, datada de 1631 testemunha claramente do controle territorial exercido pelas «nações indígenas” (p. 1-5). Mas o ato colonial se apoia muito rapidamente sobre a criação de um novo mapa, de um novo cadastro onde o indígena é confinado. As forças de ocupação portuguesas cortaram nichos onde cada um foi assinado à residência, a partir de uma organização dualista bem marcada: aos indígenas, as reduções, os aldeamentos e logo as reservas, aos outros, as fazendas, vilarejos ou cidades. Longe de considerar estes espaços dedicados aos indígenas como espartilhos que fixam sua “vida tradicional” intocada, temos que reconhecer seus efeitos em profundidade nas condições de existências das próprias comunidades: “um objeto político-administrativo se transforma em coletividades organizadas a partir da formação de uma identidade própria, da instituição de mecanismos de decisão e de representação, e da reestruturação das suas formas culturais (inclusive as que a vinculam ao meio-ambiente e ao universo

religioso)” (p. 3-69). Eis o trabalho constante de recomposição de si enquanto coletividade e mesmo que ninguém seja tributário do território que se habita e também dos nos quais nos encontrávamos anteriormente. Certamente, os indígenas do Brasil sofreram e sofrem ainda duramente a economia predatória que devorou seus primeiros territórios e dos quais os expulsaram, mas tentam também resolutamente dotar-se de novos espaços onde prosperem à sua maneira. O processo de territorialização é, por exemplo, inseparável da reconstrução de uma relação aos ancestrais e este trabalho mobiliza concepções do mundo e valores específicos.

O dinamismo espacial dos indígenas é contrariado pelas forças armadas e a polícia e também, de maneira mais perversa, para uma certa ideologia antropológica. João Pacheco de Oliveira nota que “atribuíamos aos indígenas a única função de encarnar o símbolo da terra”. Jogando com a identificação simbólica contra o ato político do controle do solo, operamos um deslizamento perverso que atribui um pensamento não pragmático aos indígenas. Enquanto defendem seus direitos territoriais, são enviados de volta à sua suposta primitividade, muito menos incômoda que suas reivindicações.

Desde o ponto de vista da antropologia, seria, porém, inexato reduzir o conjunto das práticas indígenas a esta luta cidadã, apagando o que aquém e além das suas atividades militantes é próprio deles. Isso seria afogar a iniciativa indígena na crença em um poder colonial todo poderoso ou sacrificá-la aos demônios da invenção da tradição que assimila todas as práticas locais a um espetáculo mercantil e calculado. Esta deriva depreciativa contamina, às vezes, a antropologia, quando, confiando excessivamente nos arquivos coloniais e nas ideologias da autenticidade, a disciplina se afasta dos seus próprios métodos: a prática de campo de longa duração, a atenção nos idiomas vernáculos, o respeito da palavra indígena contextualizada no detalhe. João Pacheco de Oliveira apoia o mantimento de um resguardo indígena, de uma especificidade resiliente, de uma continuidade entre o passado e o presente.

Assim, entre a ideia de um indígena ontologicamente parafusado a sua identidade milenar e a de um indígena que seria o produto puro de manipulações coloniais, deve-se desenvolver uma antropologia das práticas indígenas autônomas, fundadas nos seus próprios sistemas de valor, na encruzilhada das heranças do passado e das questões contemporâneas. A obra de João Pacheco de Oliveira mobiliza uma documentação etnográfica e interdisciplinar substancial para apoiar esta perspectiva, possibilitando escapar a qualquer culturalismo fixista e sob a sentença de morte do exotismo. O autor intenta, de fato, ajustar a focal da antropologia para a entrada das realidades indígenas brasileiras de antigamente e de hoje, para escapar tanto à recomposição de um passado idealizado e de uma realidade mitificada quanto à depreciação simétrica do presente, percebido como imperfeito porque inautêntico.

Atrás destas ideologias da primitividade escondida ou desaparecida, se jogam na realidade relações de forças muito atuais que atestam o estudo dos movimentos indígenas. O autor traça os percursos complexos que as iniciativas indígenas tomaram no Brasil, em relação às políticas de Estado. Essas, a geometria variável, visam proteger a expansão econômica capitalista ao mesmo tempo em que se vangloriam de dar assistência aos indígenas. Lá,

novamente, a territorialização está no coração dos debates e, muitas vezes, das confrontações. Porque as medidas de políticas públicas nunca cessam, desde os inícios da colonização, de legislar sobre as terras. As populações indígenas, em troca, se pensam através destes espaços regularmente recortados segundo os projetos do poder central. E os indígenas respondem a essas situações ancorando-se, cada vez mais, em novos territórios aos quais são afetados, ao preço de um incansável trabalho de “resemantização (reinterpretação e recomposição) e de novas elaborações (criações e inovações)” (p.172).

No campo e nos espíritos, a presença indígena se encontrou reforçada a ponto de modificar o debate. Por um lado, os indígenas se instalaram, explicitamente doravante, no coração da identidade política, econômica e, podemos dizer, ecológica e filosófica brasileira. Os grandes espaços florestais não são mais terras de aventuras e de experiências marginais, mas “pulmões do planeta”, enquanto as lideranças indígenas são recebidas por todas as grandes instituições internacionais, os antropólogos tentam avaliar os aportes de um pensamento ameríndio para questionamentos universais sobre o que nos liga à natureza, a noção de pessoa, o status dos sonhos etc. Por outro lado, de forma concreta, as reivindicações para novas terras, rurais ou urbanas, para melhores espaços nas cidades, dentro das instituições municipais, médicas ou de caráter social, abrem pouco a pouco a possibilidade de carreiras há muito tempo fechadas aos indígenas. Na competência com todos os outros brasileiros para se impor nestes espaços, os portadores de autoctonia mobilizam referências particulares, buscando em formas de saberes e práticas terapêuticas, históricas, éticas, podendo assegurar para eles alguma vantagem. Se reconstroem assim, eles mesmos, para se qualificar novamente em contextos contemporâneos novos, destacando sua diferença cultural e o multiculturalismo, segundo uma lógica hoje observada no mundo inteiro.

Mas estas iniciativas não são totalmente livres, na medida em que os indígenas já foram tratados como cidadãos particulares através do prisma de dispositivos constitucionais e jurídicos que não cessaram de mudar ao longo da história do Brasil. Ao longo deste livro denso, por um lado fático e teórico, por outro, antropológico, histórico e político, João Pacheco de Oliveira, lembra o peso determinante destas políticas públicas, mas tem o cuidado de nunca desconectar os indígenas das restrições que estas disposições os impõem e que configuram para eles o campo dos possíveis. No domínio da saúde, da escola, das delimitações territoriais, os debates oscilaram entre duas concepções da identidade indígena: pensada como um conjunto de culturas para preservar ou como um trunfo para a elaboração de modos de desenvolvimentos originais.

O aporte específico dos indígenas para a elaboração da nação brasileira constitui o fio condutor deste livro. Não somente no plano econômico, por exemplo, para a expansão da exploração da borracha, mas também no plano imaginário e, acrescentaria, religioso: o Brasil não seria um país que exhibe um ideal evangelizador permanente no prolongamento do trabalho missionário junto dos indígenas? A experiência indígena é estritamente vinculada à fundação progressiva deste país para o melhor e para o pior: sem dúvida a descoberta, para Europa, de novas riquezas, mas também, irrefutavelmente, o

exercício de uma dominação colonial acrescentada de uma dominação escravagista a partir das quais se instaurou um esquema relacional racista, tanto em relação aos indígenas que aos negros. A grande força de João Pacheco de Oliveira é de nos mostrar, no fim da sua obra, o quanto este modelo hierárquico e segregacionista impregna, no século XXI, ainda as políticas brasileiras da pobreza e da delinquência.

O “ponto analítico” que possibilita passar séculos da colonização ao período contemporâneo é indicado por uma categoria de governança particular: a da “pacificação”, cujo autor mostra que funciona ainda hoje como nos primeiros tempos da implementação europeia. A analogia entre o tratamento dos indígenas selvagens aos dos jovens nas favelas é flagrante. Os militares portugueses mataram os autóctones em grande escala. A polícia brasileira usa e abusa também das suas armas contra os negros pobres nas grandes cidades. Estas agressões foram e são ainda perpetuadas pelo poder do Estado em nome da “pacificação”, “categoria central que atravessou cinco séculos desde a época colonial até o Brasil contemporâneo” (p. 9-2).

As justificativas destes atos criminais também não mudaram. Trata-se sempre de “pacificar” para restabelecer a ordem (sem se interrogar sobre as causas da pretendida desordem) e no mesmo impulso de combater os maus costumes. A dimensão moral da agressão colonial ou policial, apresentada como uma “guerra justa” ou como uma medida de “salubridade pública” figura, como sabemos, no breviário das monarquias e de todos os regimes autoritários. Assim, desenvolve João Pacheco de Oliveira (p. 9-12), “durante o período colonial, a ‘pacificação’ é encarada como uma transformação profunda de um grupo de pessoas consideradas como pagãs, imorais e anárquicas em direção a uma condição supostamente nova e mais elevada, propicia a sua participação no seio da sociedade colonizadora. Enquanto celebrávamos o advento de um indígena novo, cristã e sujeito fiel do rei de Portugal, os aspectos militares e repressivos caíam no esquecimento”. A palavra dos príncipes sibila como o inferno ao qual os missionários deste mundo queriam as populações que se ofereciam à poligamia, à bruxaria e à antropofagia. E nenhuma resposta ao seu monólogo autosatisfeito e inquisidor será tolerado. O indígena ou o habitante das favelas não têm voz no capítulo e se ele quer falar deve começar por se calar. Porque um e outro se encontram na tutela do controle estatal que fala no seu lugar.

A translação que assimila o poder colonial ao poder policial contemporâneo é tão tangível no discurso atual da mídia sobre os habitantes das favelas. O vocabulário discriminatório utilizado pelos policiais se encontra no prolongamento do utilizado em direção aos indígenas. As categorias políticas do entendimento dos portugueses conquistadores e dos da Unidade de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro são as mesmas. Em 2019, cerca de 2.000 pessoas foram assassinadas pela polícia no Brasil.

Assim, João Pacheco de Oliveira, com tato e erudição, conseguiu, com este livro, traçar uma elipse que vincula a origem colonial de uma nação à sua política atual. O Brasil é minado pelo tratamento que seus fundadores portugueses infligiram aos indígenas, fornecendo contra eles suas armas e argumentações estereotipadas. Desta violência contra todos os mais carentes do país a polícia brasileira retomou as principais categorias mortíferas.

Colocando ao serviço de sua implacável, mas sutil demonstração, um conjunto considerável de conhecimentos articulados, o autor nos convida a sair das segmentações disciplinares. A antropologia, em particular, vê aqui suas cartas demasiado gastas. As monografias americanistas, que jogaram um tão grande papel nos debates conceituais de toda ordem, são colocadas novamente em perspectiva, à luz de uma dinâmica histórica da nação brasileira inteira. Estes trabalhos etnológicos bem circunscritos e meticulosos, doravante inseridos neste movimento, se enriquecem então de significados novos. João Pacheco de Oliveira convida, deste modo, a repensar todo o destino do Brasil.

Este livro diz a respeito de todos os Estados-nações de nossa época e as modalidades segundo as quais a antropologia esquivou o peso dos povos. A partir do caso do Brasil, e enquanto brasileiro mesmo, João Pacheco de Oliveira questiona indiretamente toda nação do mundo hoje sobre suas relações à sua própria indigeneidade. Tema ardente para este livro que, tanto documentado quanto analítico, pragmatista e histórico, propõe um método de investigação vinculando, de forma contínua, detalhes e conceitualizações, dados qualitativos e quantitativos, temporalidades curtas e longas. Um livro mestre!

Referências bibliográficas

BASTIDE, Roger. *“Le syncrétisme mystique en Amérique Latine”*. In: Le prochain et le lointain . Paris: L’Harmattan, 1965.

ELIAS, Norbert. **La dynamique de l’Occident**. Paris, 1977.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GRIAULE, Marcel. **Dieu d’eau: Entretiens avec Ogotommêli**. Paris: Fayard, 1948.

LEENHARDT, Maurice. **Do Kamo: La personne et le mythe dans le monde mélanésien**. Paris: Gallimard, 1947.

TURNER, Frederick. **The frontier in American history**. Nova York: Holt, 1921.

Recebido em: 05/05/2024* Aprovado em: 03/06/2024* Publicado em: 31/12/2024
